

Agenda de concessões e PPP, o que falta para avançar

08/01/2020

Valor Econômico



Foto: Rande Knapmiller/Pixabay

Apesar da participação privada em serviços públicos ser vista com desconfiança por boa parte da população por conta das evidências de arranjos espúrios entre políticos e empresários, aumentos de tarifas e captura de órgãos reguladores por quem deveria ser regulado, a observação mais cautelosa do que está em nosso entorno pode oferecer uma visão mais nuançada. De fato, olhando o exemplo brasileiro, diante dos cantados e decantados limites orçamentários e da necessidade de melhorar a agilidade e a qualidade os serviços prestados à população, governos das três esferas e de diferentes matizes ideológicos têm elegido programas de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPP) como elementos chave para o desenvolvimento: dos ultraliberais em Minas Gerais aos comunistas no Maranhão.

Estados como Bahia, Espírito Santo, Piauí e São Paulo têm sido bem-sucedidos em suas incursões junto ao setor privado para financiar a expansão de sua infraestrutura e atender seus cidadãos, evidenciando que tais parcerias estão além das cores do governo de plantão e que podem gerar valor público caso bem estruturadas. Isto é, programas de concessões e PPP podem gerar maiores benefícios com menores custos a vastas parcelas da população, caso sejam modelados para atrair atores externos idôneos e com capacidade técnica e financeira de forma a evitar provedores incompetentes e corruptos. Naturalmente, o sucesso de tais parcerias requer, por parte de governos, a formatação de estruturas críveis de recompensas e punições para que os agentes privados se empenhem e façam esforços alinhados ao interesse público. Mas, afinal, como anda a agenda de concessões e PPP no Brasil?

Se por um lado temos um histórico de experiências malsucedidas que devemos estudar para identificar as causas de falha e evitar que se repitam, por outro temos diversos casos de sucesso que podem ser compreendidos e replicados. Tomemos como exemplo o programa de concessões de aeroportos. Após o insucesso das concessões gestadas no passado marcadas por projeções de demanda demasiadamente otimistas, pela exigência de participação da Infraero que exigia aportes do poder público e por outras promessas feitas pelo governo que não se concretizaram, o programa de concessões foi revisto. Sem a necessidade de ter como sócias a Infraero e as construtoras locais afetadas pelos ventos da Operação Lava-Jato, o país atraiu diversos atores internacionais com larga experiência e com competência em gestão aeroportuária, antes hesitantes em apostar no mercado brasileiro e realizar os investimentos necessários.

Nessa seara foram arrematados com ágio o direito de exploração de aeroportos como o de Fortaleza, Florianópolis, Porto Alegre, Recife e Salvador. Ainda que análises de impacto mais rigorosas ainda não sejam possíveis de serem realizadas, algumas observações a olho nu nos novos equipamentos concedidos já permitem identificar ações voltadas a melhorar o conforto dos passageiros, sem descuidar da lucratividade das operações, algo crucial para a sustentabilidade dos equipamentos concedidos.

Quem teve a oportunidade de circular recentemente pelo remodelado Aeroporto Internacional de Salvador, arrematado por um operador francês, saberá do que falamos. Além de realizar diversos investimentos para atualizar a estrutura existente e expandir os terminais de embarque e desembarque de passageiros, o concessionário promoveu uma revolução na decoração no aeroporto de forma a refletir a cultura local, conseguindo afastar a imagem de não-lugar tão comum em aeroportos. A flexibilidade do operador privado para tomar decisões, sem as amarras de parceiros indesejáveis e sem eventuais pressões para contratação de fornecedores tradicionais, possibilita a exploração do potencial de competências acumuladas por atores empresariais em benefício dos usuários locais. Pequenos triunfos como esse são essenciais para estimular o clima de otimismo em relação a novos arranjos envolvendo empresas e governos e aguçar o apetite privado de forma mais ampla.

Para que sejamos capazes de atrair mais investimentos privados, precisamos nos atentar para alguns fatores. Sabemos que a presença de competências técnicas instaladas nos governos para selecionar e estruturar bons projetos embora seja condição necessária não é condição suficiente para estimular a atrair atores privados capazes na intensidade que o país necessita. Aqui são imprescindíveis lideranças políticas capazes de promover diálogos transparentes junto as diversas partes interessadas, que não raro agem como pontos de veto a arranjos que modificam o status quo. Gestores públicos legitimados pelo voto, que exponham os prós e contras associados às escolhas que estão na mesa, que mostrem à população quais são as alternativas disponíveis e que não infantilizem o debate com palavras de ordem inócuas são cruciais para gerar confiança para a população e para quem pretende realizar investimentos de longo prazo com retorno não garantido.

Incertezas afastam bons parceiros privados que aceitam as regras da competição e somente atraem aqueles que se beneficiam da ambiguidade e dos acertos nos bastidores, algo que o país parece não tolerar mais.

Para tal, lideranças políticas precisam ser capazes de alinhar os diversos membros de sua equipe, evitando o fogo amigo entre pastas com agendas conflitantes, ter boa articulação com o Legislativo e, sobretudo, capacidade de articulação com órgãos de controle tais como Tribunais de Conta, Judiciário e Ministério Público. Dado que os modelos mentais dos operadores do direito, via de regra, são guiados pela interpretação que fazem da legislação, nem sempre alinhada com a geração da melhor relação custo-benefício para a população, é preciso encontrar canais de diálogo de forma serena com esses atores desde o início das modelagens de projetos de concessões e PPP. Embora caiba aos técnicos realizar os debates mais pormenorizados, o respaldo das lideranças dos órgãos públicos para que a interlocução ocorra de forma a preservar os interesses da população é essencial para a estruturação de projetos competitivos e que inspirem a confiança de investidores e, sobretudo, da população.

Em suma, o avanço numa agenda de concessões e PPP alinhada ao interesse público requer governos fortes sob o ponto de vista técnico e político, que observem as boas evidências no processo decisório.

ECONOMIA

Estado integra secretarias para alavancar Polo Bioenergético

Neste início de 2020, um dos focos do Governo do Estado é consolidar o Polo Bioenergético e Sucroalcooleiro, em implantação no Médio São Francisco, como uma ação estruturante, que vai potencializar econômica e socialmente a região. O novo "Eldorado" do setor sucroenergético baiano foi discutido na manhã desta quinta-feira (09), entre o vice-governador secretário de Desenvolvimento Econômico (SDE), João Leão, e secretários estaduais. Na ocasião, foi criado um grupo de trabalho técnico interdisciplinar.

"O governador Rui Costa determinou que nós criássemos uma comissão entre os secretários de Estado, com o intuito de alavancar o polo sucroalcooleiro, que não será apenas para produzir cana-de-açúcar, mas também energia

solar, eólica e de biomassa. O projeto visa implantar 10 usinas, gerando mais de 30 mil empregos, diretos e indiretos, e viabilizando empreendimentos periféricos, como hotéis, supermercados, cinemas, postos de gasolinas, entre outros", afirma Leão, titular da SDE.

De acordo com o secretário da Casa Civil, Bruno Dauster, é necessário transformar o projeto em política estruturante, a exemplo do que foi feito com a logística na Região Metropolitana de Salvador: "Enquanto Casa Civil, já temos a responsabilidade definida dentro do grupo de trabalho. Quero apresentar, nas próximas semanas, a metodologia a ser trabalhada para o governador, o vice e os secretários das pastas envolvidas no projeto".

Projeto para venda o Odorico pode ser votado já na próxima semana

ESCOLA O governador Rui Costa encaminhou um projeto de lei à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) para autorizar a venda do Colégio Estadual Odorico Tavares, no Corredor da Vitória. O projeto, enviado com pedido de urgência e publicado no Diário Oficial da Alba de ontem, refere-se à escola como o “bem imóvel, situado na Avenida Sete de Setembro, antiga Dr. José Marcelino, nº 248, bairro: Campo Grande”.

Se aprovado, o projeto autorizará o governo do estado a alienar o imóvel. Segundo o texto da proposição, os recursos financeiros arrecadados serão destinados à infraestrutura, ampliação e melhoramento da rede física escolar estadual.

“A alienação poderá se efetivar mediante aporte direto do bem imóvel em Fundos de Investimentos Imobiliários, passando o Estado da Bahia a ser titular de cotas, no valor econômico correspondente”, completa o projeto. A Secretaria da Admi-

nistração do Estado (Saeb) será responsável pela regularização fundiária do imóvel.

Para votar o projeto de lei com urgência, os deputados estaduais foram convocados de forma extraordinária, durante o recesso parlamentar. A convocação valerá a partir de hoje. Além da venda do colégio, outras cinco propostas estão sendo incluídas no pedido do governador.

Em um ofício encaminhado ao presidente da Alba, Alex Lima, o governador Rui Costa afirmou que a urgência é devido “ao relevante interesse público”. Segundo a assessoria da Alba, a partir da convocação para hoje, o projeto entra na ordem do dia. Assim, deve ser votado ainda na próxima semana.

O anúncio de que o Odorico Tavares seria desativado foi feito no mês passado. Na terça (7), estudantes e funcionários fizeram uma manifestação cultural contra a medida.

Uma das organizadoras das manifestações contrárias ao fechamento do colégio, a estudante Ana Beatriz de Oli-

👉 Fico desolada com a situação, mas é uma coisa que eu já esperava. O Odorico já vinha sofrendo há muito tempo. A gente tentou fazer propostas e a SEC (Secretaria da Educação do Estado) nem quis ouvir Ana Beatriz de Oliveira

17 anos, concluiu o ensino médio no colégio no ano passado

veira, 17 anos, lamentou a decisão. Depois de estudar no Odorico, ela concluiu o Ensino Médio em 2019.

“Fico desolada com a situação, mas é uma coisa que eu já esperava. O Odorico já vinha sofrendo há muito tempo. A gente tentou fazer propostas e a SEC (Secretaria da Educação do Estado) nem quis ouvir”, disse.

Enquanto isso, professores, funcionários e ex-alunos estão sendo impedidos de entrar no colégio. A medida teria começado a ser adotada anteontem e foi denunciada ontem por professoras da instituição. Segundo as professoras, a mudança foi comunicada pelo diretor da instituição, em uma mensagem no grupo de funcionários no Whatsapp.

Na semana passada, o CORREIO mostrou que o imóvel já está sendo cobçado pelo setor imobiliário. A área conta com 5 mil metros quadrados no Corredor da Vitória, que tem o metro quadrado mais caro de Salvador (em média, R\$ 15 mil).

Em nota, o governo do estado afirmou que os alunos que estudavam no Odorico Tavares serão remanejados para instituições nas proximidades de casa, o que, para o governador, reduzirá gastos dos estudantes com transporte público.

FUNDOS DE PENSÃO Esteves Pedro Colnago Júnior vai responder por suposta gestão 'temerária' em fundos

Assessor de Guedes é denunciado por prejuízo de R\$ 5,5 bi

REDAÇÃO E AGÊNCIAS

O chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais do Ministério da Economia, Esteves Pedro Colnago Júnior, que foi promovido de cargo ontem, é um dos denunciados na Operação Greenfield por uma suposta gestão temerária que teria provocado um prejuízo de R\$ 5,5 bilhões em fundos de pensão da Caixa Econômica, da Vale, do Banco do Brasil e também da Petrobras.

Por meio de nota, o Ministério da Economia afirmou que o Colnago está à disposição força-tarefa da Greenfield, do Ministério Público Federal, para prestar os esclarecimentos. "O as-

essor esclarece que todas as atividades exercidas como membro do Conselho Deliberativo da Fundação dos Economistas Federais (Funcef) ocorrem em consonância com o regulamento interno e normas legais".

Esteves Pedro Colnago Júnior é denunciado por fatos ocorridos entre 2011 e 2012, e, segundo os investigadores, consumados até 2016. No período abrangido pela denúncia, ocupou o conselho deliberativo da Fundação dos Economistas Federais (Funcef), fundo de pensão complementar dos funcionários da Caixa Econômica. Os procuradores afirmam que o total de prejuízo somente para a Funcef foi de

R\$ 2.394.667.914,66.

Colnago foi ministro do Planejamento entre abril e dezembro de 2018, no governo Michel Temer (MDB) - pasta viria a ser incorporada pelo Ministério da Economia. Ele ocupou até quarta-feira o cargo de secretário adjunto da Fazenda.

Na nova função, Esteves Pedro Colnago Júnior passa a assessorar diretamente o ministro e, entre outras atribuições, manter o diálogo com o Congresso Nacional.

Em sua denúncia, o Ministério Público Federal em Brasília afirma que o rombo foi provocado pelos conselheiros e diretores de fundos de pensão ao aprovarem aportes no Fundo de Inves-



Colnago Júnior assessora diretamente Paulo Guedes

timento em Participações Sondas, da Sete Brasil, subsidiária da Petrobras.

"Além da primeira subscrição, está sendo imputado crime especialmente em razão da aquisição de cotas (e dos aportes) da segunda emissão, em que se decidiu pelo aporte de - grosso modo - mais um bilhão de reais no

FIP Sondas em condições absolutamente temerárias, de forma totalmente irresponsável para os participantes e aposentados das fundações vitimadas", diz Greenfield.

A força-tarefa também pede que sejam os danos condenados à reparação econômica e moral das lesões no valor equivalente ao

Gestão de Colnago causou prejuízo em fundos da Caixa, da Vale, do Banco do Brasil e da Petrobras

triplo do prejuízo causado aos fundos: mais de R\$ 16 bilhões. A denúncia ressalta que o projeto da Sete Brasil para construção de rodadas para perfuração pré-sal e também, pelo desejo de expandir uma rede de corrupção que, desta vez, não é vítima a Petrobras, mas sim entidades (fundos de pensão, em maior medida) que investiriam seus recursos nessa nova companhia".

Áudios

No caso específico da Funcef, os procuradores analisam os riscos assumidos pelos diretores e conselheiros, e até expõem os áudios de reuniões em que os aportes teriam sido aprovados.

Veículo: bahia.ba	
Data: 10/01/2020	Caderno: Política



POLÍTICA

Publicado em 10/01/2020 às 06h29.

Bolsonaro defende cobrança de ICMS nas refinarias

Presidente também quer liberar venda direta de etanol pelas usinas



Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

O presidente Jair Bolsonaro defendeu mais uma vez nesta quinta-feira (9) uma mudança na forma de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis.

Segundo ele, o tributo deveria ser calculado sobre o valor vendido nas refinarias e não nos postos de combustíveis.

“O que eu pretendo é fazer com que o ICMS seja cobrado do preço do combustível na refinaria e não no final, na bomba de gasolina, aqui na frente. Hoje em dia, a média do ICMS é 30% do preço da bomba, vamos arredondar os números. A gasolina está R\$ 2 na refinaria, está R\$ 5 lá na bomba. Os governadores, como regra, aplicam o ICMS, que é em 30%, no final da linha”, disse em transmissão nas redes sociais.

Uma eventual mudança de cobrança, como a sugerida por Bolsonaro, é complexa e teria que contar com o apoio de governadores e do Congresso Nacional.

O ICMS sobre os combustíveis representa uma fatia importante de arrecadação tributária dos estados. Durante a *live*, o presidente disse que a responsabilidade pela alta dos preços não deve

recair apenas sobre o Executivo federal e defendeu o que chama de “divisão de responsabilidade”.

“Continuar cobrando [o ICMS] na bomba, isso é um crime com o consumidor, que vem botando na minha conta esse preço alto do combustível. Vamos dividir a responsabilidade. Um combustível mais barato ajuda a transportar tudo mais barato no Brasil. O frete cai de preço, o diesel cai de preço, ajuda todo mundo. Temos que fazer o contrário, em vez de aumentar imposto, vamos diminuir, porque a economia rodando mais, se ganha mais no final da linha”.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 10/01/2020	Caderno: Economia



BOLSONARO DEFENDE COBRANÇA DE ICMS NAS REFINARIAS



10 Janeiro, 2020

O presidente Jair Bolsonaro defendeu mais uma vez nesta quinta-feira (9) uma mudança na forma de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis. Segundo ele, o tributo deveria ser calculado sobre o valor vendido nas refinarias e não nos postos de combustíveis. “O que eu pretendo é fazer com que o ICMS seja cobrado do preço do combustível na refinaria e não no final, na bomba de gasolina, aqui na frente. Hoje em dia, a média do ICMS é 30% do preço da bomba, vamos arredondar os números. A gasolina está R\$ 2 na refinaria, está R\$ 5 lá na bomba. Os governadores, como regra, aplicam o ICMS, que é em 30%, no final da linha”, disse em transmissão nas redes sociais.

Uma eventual mudança de cobrança, como a sugerida por Bolsonaro, é complexa e teria que contar com o apoio de governadores e do Congresso Nacional. O ICMS sobre os combustíveis representa uma fatia importante de arrecadação tributária dos estados. Durante a live, o presidente disse que a responsabilidade pela alta dos preços não deve recair apenas sobre o Executivo federal e defendeu o que chama de “divisão de responsabilidade”. “Continuar cobrando [o ICMS] na bomba, isso é um crime com o consumidor, que vem botando na minha conta esse preço alto do combustível. Vamos dividir a responsabilidade. Um combustível mais barato ajuda a transportar tudo mais barato no Brasil. O frete cai de preço, o diesel cai de preço, ajuda todo mundo. Temos que fazer o contrário, em vez de aumentar imposto, vamos diminuir, porque a economia rodando mais, se ganha mais no final da linha”.

Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

FOLHA DE S.PAULO

Expansão do Bolsa Família para mais pobres corre risco de falta de dinheiro

Nova proposta prioriza renda mais baixa, mas equipe econômica resiste e quer versão mais modesta

Gustavo Uribe e Thiago Resende

BRASÍLIA O plano de reformulação do Bolsa Família, já entregue ao presidente Jair Bolsonaro, prevê um aumento focado na faixa de famílias em situação de extrema pobreza.

Apesar de direcionado ao grupo mais necessitado, o projeto desagradou à equipe econômica, que defende uma versão ainda mais modesta para as mudanças no programa social.

Em 2019, Bolsonaro não concedeu reajuste do benefício pela inflação para cumprir a promessa de criar a 13ª parcela.

A ideia, agora, é priorizar a camada com renda mais baixa, que representa dois terços dos 13 milhões de famílias incluídas no programa.

O Bolsa Família atende pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 89 mensais, e pobreza, com renda entre R\$ 89,01 e R\$ 178 por mês.

O valor recebido varia de acordo com o número de integrantes da família, idade e renda. Atualmente, a média é de aproximadamente R\$ 191.

Elaborada pelo Ministério da Cidadania e pela Casa Civil, a proposta inicial de reformulação elevaria o orçamento do

programa em R\$ 16 bilhões.

Com a resistência da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, o projeto teve de ser desidratado.

O núcleo político do governo considera que a ampliação mínima deveria ser de R\$ 10 bilhões, uma vez que, para 2020, estão previstos menos recursos para o programa do que no ano passado.

Para este ano, foram reservados R\$ 29,5 bilhões. Em 2019, o Bolsa Família precisou de R\$ 32,5 bilhões.

Isso significa que qualquer aumento próximo de R\$ 3 bilhões seria apenas para recompor o orçamento do programa e garantir mais um pagamento da 13ª parcela, promessa de Bolsonaro.

Cálculos preliminares apontam que só o aumento do benefício para a parcela mais miserável representaria um custo adicional de R\$ 4 bilhões no orçamento deste ano.

O grupo do governo mais preocupado com as contas públicas defende uma expansão da verba do Bolsa Família em apenas R\$ 2 bilhões —insuficiente para compensar o corte em relação ao ano passado.

O valor da verba extra para o programa, portanto, é o que opõe ministros do governo. Diante do impasse e da falta

de recursos, a reformulação, que era para ter sido anunciada no fim de 2019, foi abortada, conforme informou a coluna Paineel em dezembro.

Uma nova queda de braço se aproxima, uma vez que o valor defendido pela equipe econômica é bem abaixo do que deseja o entorno político de Bolsonaro.

Nas mãos do presidente, a proposta da ala política inclui, além do aumento do benefício para os miseráveis, um bônus para famílias cujos filhos tenham bom desempenho escolar.

O texto ainda concede um extra para residências com adolescentes acima de 16 anos, podendo chegar aos 21 anos, e para famílias de jovens atletas com bom rendimento esportivo.

No entanto, o formato final da reformulação do programa depende de quanto o governo irá disponibilizar de recursos para aumentar o orçamento do Bolsa Família, que também deve mudar de nome.

A nova marca sugerida pela Cidadania é Renda Brasil. O núcleo político, no entanto, ainda testa duas outras possibilidades: Família Brasil ou Bolsa Brasil.

De férias no litoral de São Paulo, Bolsonaro deve discu-

tir o futuro do programa na próxima semana em reunião no Palácio do Planalto.

Segundo relatos feitos à Folha, o presidente estaria disposto a anunciar, ao menos, R\$ 4 bilhões de aumento para o Bolsa Família, o que só repetiria a cobertura de 2019 e daria um reajuste para a faixa mais pobre.

A Casa Civil, porém, iniciou um movimento para convencer Bolsonaro a elevar esse montante na tentativa de reforçar uma marca social do governo, fazendo um contraponto às gestões petistas.

A expectativa do Planalto é que o novo programa seja lançado até o fim deste mês. Porém, até os mais otimistas dizem acreditar que o embate com a equipe econômica deve adiar o anúncio.

Nesta semana, diante da discussão sobre a retomada da reforma administrativa, o presidente afirmou que o governo precisa levar em conta, além dos argumentos econômicos, os aspectos sociais.

"É o que sempre digo: as visões diferem, a minha e a da economia. Eles têm os números, e nós temos a política, o social e o ser humano", disse.

Para conseguir ampliar o orçamento do Bolsa Família, Bolsonaro terá de cortar

verba de outros ministérios. O plano para elevar repasses na área social esbarra no teto de gastos —limitação para o crescimento das despesas.

O time de Guedes quer uma reformulação mais tímida, pois não há margem no teto. O Orçamento de 2020 já está no limite. Com isso, qualquer novo gasto precisa ser compensado com uma redução em outra despesa.

Destinar mais R\$ 10 bilhões ao Bolsa Família significaria tirar os mesmos R\$ 10 bilhões de outros setores.

Para conseguir pagar o 13º em 2019, o governo teve de usar recursos que, antes, estavam previstos para a Previdência.

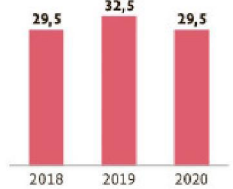
Sob Bolsonaro, o programa enfrenta dificuldades financeiras. O governo vem controlando a entrada de novas famílias na lista de beneficiários e, mesmo assim, passou por um aperto na hora de pagar a parcela extra.

A cobertura do programa recua desde maio, quando o Executivo já estudava a reformulação, que —até hoje— não foi anunciada.

O novo formato deve ser apresentado ao Congresso como uma MP (medida provisória), que passa a valer imediatamente e tem um prazo de 120 dias para ser aprovada.

Governo estuda reformulação no Bolsa Família

Orçamento do programa, em R\$ bi



Plano para mudanças no programa

- Orçamento pode subir de R\$ 2 bilhões a R\$ 10 bilhões
- Aumento para a faixa mais miserável, com renda per capita de até R\$ 89 mensais
- Bônus para famílias com filhos que tenham bom rendimento escolar ou esportivo
- Extra no benefício para famílias com adolescentes de 16 anos a 21 anos
- Ampliação do combate a fraudes

Queda da cobertura em 2019



R\$ 191,08

era o valor médio do benefício em novembro
Fonte: Ministério da Cidadania

FOLHA DE S.PAULO

Assessor especial de Guedes é denunciado por gestão temerária

Fábio Pupo

BRÁSILIA O assessor do ministro Paulo Guedes (Economia) Esteves Colnago e mais 28 pessoas foram denunciadas pelo MPF (Ministério Público Federal) em Brasília por gestão temerária de fundos de pensão.

Eles são acusados de causar prejuízos de R\$ 5,5 bilhões à Funcef (dos funcionários da Caixa), à Petros (Petrobras), à Previ (BB) e à Valia (Vale).

Servidor de carreira, Colnago foi ministro do Planejamento no fim do governo Michel Temer (MDB). Em seguida, passou a integrar o governo Jair Bolsonaro.

O desempenho como secretário especial adjunto de Fazenda desde o começo de 2019 agradou tanto que Guedes o promoveu nesta quinta (9) a assessor especial, principalmente para articular com congressistas propostas de interesse da equipe econômica.

O Ministério Público Federal diz que os crimes teriam sido cometidos entre 2011 e 2016.

Segundo a força-tarefa Greenfield, grupo de procuradores da República que apura desvios em fundos de pensão e bancos, Colnago era membro do conselho deliberativo da Funcef e, nessa condição, aprovou de forma temerária investimentos feitos na empresa Sete Brasil, de construção de sondas de petróleo.

De acordo com o MPF, ele e outros gestores do Funcef autorizaram os aportes ignorando riscos, diretrizes do mercado financeiro e do CMN (Conselho Monetário Nacional), além dos próprios regimentos internos. Além disso, não teriam sido feitos estudos de viabilidade sobre os aportes.

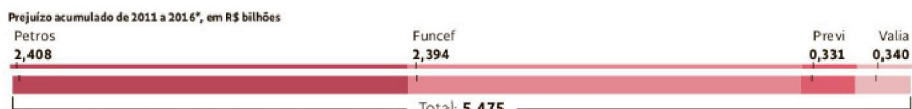
A Sete Brasil foi formada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e recebeu aportes de diferentes fundos de pensão, além de bancos, com o objetivo de construir sondas (unidades de perfuração) para a exploração do pré-sal.

Posteriormente, as atividades da Sete Brasil passaram a ser investigadas. Segundo a força-tarefa, o prejuízo causado às entidades, de R\$ 5,5 bi-



Esteves Colnago, denunciado na Greenfield por atuação na Funcef, da qual era conselheiro deliberativo. Pedro Ladeira - 21.jun.18/Folhapress

Prejuízo dos fundos por investimentos na Sete Brasil



*Valores corrigidos até out.19. Fonte: MPF (Ministério Público Federal)

lhões, é o maior entre todos os casos investigados.

A derrocada financeira da Sete começou ainda na fase inicial da Lava Jato, no fim de 2015. As primeiras denúncias de executivos da empresa, que também eram da Petrobras — no envolvimento de pagamento de propinas a estaleiros brasileiros que construiriam as sondas —, levaram o BNDES a vetar o empréstimo de longo prazo que permitiria manter a máquina da Sete funcionando.

As perdas da Funcef com os aportes na Sete seriam de R\$ 2,3 bilhões (em valores atualizados até outubro de 2019). O valor só não é maior que o da Petros, que teria registrado prejuízo de R\$ 2,4

bilhões com os investimentos. Na Previ, a conta chega a R\$ 331,6 milhões; na Valia, a R\$ 340,1 milhões.

Os procuradores afirmam que Colnago e os demais conselheiros do Funcef referendaram em 16 de maio de 2012 um investimento de mais de R\$ 1 bilhão na Sete Brasil sem nenhuma discussão ou embasamento técnico, "com negligência assustadora" e como se estivessem tratando de "um tema qualquer".

De acordo com os procuradores, o aporte foi feito sem ser examinado o mérito do investimento, deixando para um momento posterior a verificação de uma apresentação sobre o fundo.

Além disso, os procuradores

afirmam que no começo de 2012 já se sabia dos problemas na Sete Brasil, como o atraso no cronograma da construção das primeiras sondas.

De acordo com a denúncia, a apresentação sobre o investimento só foi feita quatro meses após a deliberação do conselho da Funcef, em setembro de 2012. E, mesmo assim, de forma superficial.

A pena prevista para quem gerir de forma temerária instituição financeira é reclusão de 2 a 8 anos, além de multa.

Colnago já responde a um processo administrativo na Previ sobre o mesmo caso.

Nos bastidores do Ministério da Economia, a denúncia do MPF contra Colnago foi recebida com ceticismo.

O CASO Período dos supostos crimes De 2011 a 2016

Pena
Quem gerir instituição financeira de forma temerária pode ser condenado a reclusão de 2 a 8 anos, além de multa

O QUE O MPF QUER?
Além da condenação dos acusados, a reparação econômica e moral das vítimas em valor equivalente ao triplo do prejuízo causado aos fundos

R\$ 16 bilhões
é quanto o MPF espera de reparação pelos danos

Fonte: MPF (Ministério Público Federal)

A visão entre colegas que comentaram o episódio é que a equipe confia no trabalho do assessor especial de Guedes.

Além disso, interlocutores de Colnago afirmam que ele está calmo e tranquilo sobre sua conduta nos episódios.

Colnago diz que atuou dentro da legalidade em fundo de pensão

OUTRO LADO

O Ministério da Economia afirmou que Esteves Colnago está à disposição da força-tarefa Greenfield para prestar informações ao MPF.

"O assessor esclarece que todas as atividades exercidas como membro do conselho deliberativo da Funcef ocorreram em consonância com o regimento interno e demais normas legais", diz nota da pasta.

Procurada, a Funcef afirmou que mantém sistemas de apuração para analisar investimentos feitos no passado.

A Petros disse que vem colaborando de forma irrestrita com as autoridades e que

já pediu para ser assistente do MPF em processos investigados pela Greenfield.

A Valia afirmou que seguirá defendendo o aporte, "cujos consistentes resultados demonstram inequivocamente o rigor técnico adotado". Apesar disso, afirmou que vai buscar "a reparação pelos prejuízos sofridos no investimento".

Já a Previ disse que o aporte foi feito de acordo com as normas regulatórias vigentes e precedido de estudos técnicos.

"Caso fique comprovado que o nome da Previ foi usado para vantagens indevidas, serão adotadas todas as medidas para reparação de danos."

A força-tarefa também investiga o ministro Paulo Guedes por suposta "gestão temerária ou fraudulenta" em negócios com fundos de pensão, feitos por uma gestora de ativos que pertencia a ele. O caso corre em sigilo. Guedes nega ilegalidades.

FOLHA DE S.PAULO

Toffoli derruba a própria liminar e restabelece redução no valor do DPVAT

Seguro obrigatório para carros recua de R\$ 16,21 para R\$ 5,23; concessionária definirá hoje como ressarcir quem já pagou a mais

BRASÍLIA E SÃO PAULO O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, atendeu a um pedido da União e restabeleceu, nesta quinta-feira (9), a redução de valores do seguro obrigatório DPVAT, prevista pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, ligado ao Ministério da Economia.

Toffoli reconsiderou uma decisão liminar (provisória) sua, do dia 31, que havia suspenso a resolução do conselho e cujo efeito era a volta aos valores praticados em 2019, de R\$ 16,21 para carros e táxis e de R\$ 84,58 para motos.

Com a derrubada da liminar, o seguro passa a R\$ 5,23 para carros e R\$ 12,30 para motos, quedas de 68% e 86%, respectivamente, em relação a 2019.

A Líder, concessionária de seguradoras que administra o DPVAT, definirá nesta sexta (10) como irá restituir aos donos de veículos que já quitaram o seguro de 2020 os valores pagos a mais.

No pedido de reconsideração, a União afirmou a Toffoli que não é verdade que a redução tornaria inviável o DPVAT,

como alegara a Líder.

Segundo a União, a Líder omitiu que há R\$ 8,9 bilhões no fundo administrado pelo consórcio, "razão pela qual, mesmo que o excedente fosse extinto de imediato, ainda haveria recursos suficientes para cobrir" suas obrigações.

A União apresentou o cálculo feito para chegar aos valores reduzidos e considerou haver nos cofres do seguro um excedente de reserva técnica acumulado nos últimos anos.

Na nova decisão, Toffoli considerou que a União conseguiu provar "critérios atuariais do sistema a amparar a modificação da sistemática do seguro DPVAT" implementada por meio da resolução do CNSP.

O ministro observou que, conforme os argumentos da União, está garantida a continuidade da cobertura de danos pessoais sofridos em acidentes de trânsito e não faltarão recursos para amparar os gastos projetados para o período.

Em live nas redes sociais nesta quinta, o presidente Jair Bolsonaro elogiou a decisão de Toffoli e disse que o DPVAT



NOVOS VALORES DO DPVAT PARA 2020

Carro
R\$ 5,23

Táxi
R\$ 5,23

Ônibus
R\$ 10,57

Micro-ônibus
R\$ 8,11

Ciclomotores
R\$ 5,67

Moto
R\$ 12,30

Caminhões
R\$ 5,78

não precisa de um valor "tão alto" porque já tem "bilhões guardados".

Ele ressaltou que sua ideia inicial era acabar com o seguro. "É comum a gente ver a questão de fraude nesse tal de DPVAT. O que nós queríamos, na verdade, era acabar com esse DPVAT. Você quer fazer um seguro para o seu veículo? Faz particular. Não quer fazer, não faz."

A Susep (Superintendência de Seguros Privados) disse, em nota, que eventuais valores diferentes devem ser devolvidos àqueles que pagaram o DPVAT a mais. A Líder não informou quanto já foi arrecadado com base no valor anterior.

Na manhã desta quinta, a emissão de boletos no site da concessionária chegou a ser retirado do ar, mas já voltou a funcionar normalmente. O proprietário de veículo que acessar o sistema para emitir o boleto (seguradoralider.com.br) já consegue fazer o pagamento segundo a nova tabela.

No sistema bancário, o valor ainda pode estar maior e, por isso, é necessário aguardar a atualização. RTJ, GU e FB

Veículo: Metro1	
Data: 10/01/2020	Caderno: Política



Política

Bolsonaro quer cobrança de ICMS nas refinarias

Em transmissão ao vivo no Facebook ontem (9), ele apontou que o tributo deveria ser calculado sobre o valor vendido nas refinarias e não nos postos de combustíveis



Foto: Isac Nóbrega/PR

Por **Matheus Simoni** no dia 10 de Janeiro de 2020 · 07:40

O presidente Jair Bolsonaro defendeu mais uma mudança na forma de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis. Em transmissão ao vivo no Facebook ontem (9), ele apontou que o tributo deveria ser calculado sobre o valor vendido nas refinarias e não nos postos de combustíveis. O ICMS é um tributo estadual que varia de 25% a 34%, no caso da gasolina, sobre o valor do litro vendido nos postos.

De acordo com a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis), a alíquota de ICMS sobre o diesel varia de 12% a 25%, e sobre o etanol de 12% a 34%. "O que eu pretendo é fazer com que o ICMS seja cobrado do preço do combustível na refinaria e não no final, na bomba de gasolina, aqui na frente. Hoje em dia, a média do ICMS é 30% do preço da bomba, vamos arredondar os números. A gasolina está R\$ 2 na refinaria, está R\$ 5 lá na bomba. Os governadores, como regra, aplicam o ICMS, que é em 30%, no final da linha", disse durante a transmissão.

O governo federal tem estudado formas de compensar a alta no preço dos combustíveis, especialmente depois da eclosão da crise envolvendo Estados Unidos e Irã, que teve reflexos no preço internacional do petróleo.

Veículo: Correio*	
Data: 10/01/2020	Caderno: Economia

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

SEGURO O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, reconsiderou sua própria liminar ontem e restabeleceu resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) que reduziu o valor do DPVAT, seguro que cobre despesa com acidentes provocados por veículos terrestres. A decisão foi dada em resposta a um pedido de reconsideração da União em relação a uma liminar do último dia 31.

Na ocasião, Toffoli havia considerado que o ato normativo do CNSP configuraria um "subterfúgio da administração" para não cumprir decisão do STF que suspendeu uma medida provisória do governo Jair Bolsonaro. A MP do governo colocava fim ao DPVAT.

A redução do DPVAT foi aprovada pelo CNSP no último dia 27 e estabelecia que o valor do seguro, cobrado em cota única no ato de pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), seria de R\$ 5,23 para carros, R\$ 10,57 para ônibus e micro-ônibus com frete, R\$ 5,78 para caminhões e R\$ 12,30 para motos.

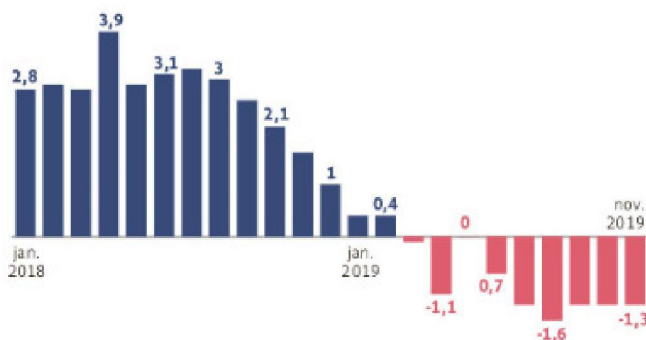
No pedido de reconsideração apresentado a Toffoli, a União defendeu que o CNSP é competente para fixar o valor do DPVAT e que não deveria prosperar o argumento de que a resolução tornaria o seguro "economicamente inviável".

Ao avaliar o caso, Toffoli indicou que a resolução garante a continuidade da cobertura de danos sofridos em acidentes.

FOLHA DE S.PAULO

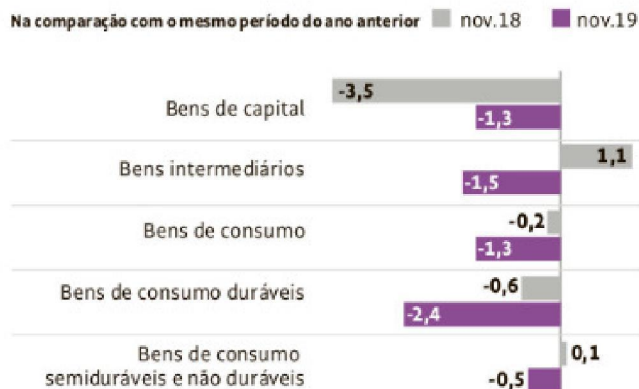
Produção industrial recua após três meses em alta

Desempenho da indústria no acumulado de 12 meses, em %



Fonte: IBGE

Variação por área



Indústria tem retração maior que a esperada em novembro

Queda de 1,2% na produção após três meses de alta é puxada por veículos

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO A produção industrial recuou 1,2% em novembro, interrompendo três meses seguidos de alta, informou nesta quinta (9) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A queda foi a maior para novembro desde 2015, quando a indústria havia recuado 1,9%.

A retração foi mais intensa que o 0,7% projetado em pesquisa da agência Bloomberg.

No acumulado do ano até novembro, a indústria encolheu 1,1%. Já na análise referente aos últimos 12 meses, o recuo foi de 1,3%.

O setor de veículos automotores, reboques e carrocerias caiu 4,4% e foi uma das principais influências negativas para o período. O IBGE, porém, ressaltou que é normal esse movimento no setor.

É comum que a produção de automóveis seja elevada

nos meses de setembro e outubro e reduza no fim do ano, em razão de férias coletivas", afirma o gerente da pesquisa, André Macedo.

Segundo Emerson Marçal, coordenador do Centro de Macroeconomia da FGV, o resultado para produção de automóveis está conseguindo caminhar apesar da crise da Argentina, um dos principais compradores do Brasil.

"A economia e a indústria estão em recuperação. É um efeito localizado e não é uma alteração de tendência", diz.

Para o especialista, o mesmo acontecerá com o resultado de dezembro.

Segundo dados da Anfavea (associação das montadoras), o mercado interno brasileiro seguiu uma alta de 2,3% da produção de veículos no país em 2019. Ainda que tenha fechado no azul no acumulado do

ano, a produção de 170,5 mil no último mês de 2019 recuou tanto em relação a novembro do mesmo ano, queda de 25%, quando na comparação com dezembro de 2018, retração de 3,9%.

De acordo com o IBGE, o setor industrial está 17,1% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011.

O gerente da pesquisa ressaltou que a marca negativa de novembro eliminou parte do crescimento obtido nos meses anteriores da indústria.

"Tiveram queda 16 categorias, dentre as 26 avaliadas."

Influenciado pela volatilidade do açúcar, o setor de produtos alimentícios foi um dos que registraram queda, de 3,3%, enquanto a indústria extrativa marcou encolheu 1,7%.

Produtos químicos (queda de 1,5%), de máquinas e equipamentos (-1,6%), de manu-

tenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-5,7%), de celulose, papel e produtos de papel (-1,8%), de produtos de minerais não metálicos (-1,8%) e de metalurgia (-1,1%) acompanharam as contribuições negativas.

Entre as quatro grandes categorias, todas assinalaram resultados negativos no mês. A de bens de consumo duráveis foi a que teve o maior recuo, de 2,4%, puxado principalmente pela queda na produção de automóveis. De janeiro a novembro, porém, acumulou ganho de 2%.

A categoria de bens de consumo semi e não duráveis teve queda de 0,5% em relação a outubro, mas acumula alta de 0,8% no ano, principalmente por conta da expansão de alimentos e bebidas elaborados para consumo doméstico (1,9%).

Veículo: G1	
Data: 10/01/2020	Caderno: Auto Esporte



Preços do etanol e diesel fecham acima da inflação em 2019

A alta média do etanol foi de 9,85% e a do diesel de 5,85%, segundo o IBGE. Preço de automóveis usados e novos tiveram deflação.

Por Lucas Rezende, G1

10/01/2020 10h54 Atualizado há 4 minutos



Veículo sendo abastecido com etanol em posto de combustível em Ribeirão Preto — Foto: Fábio Junior/EPTV

Os preços do etanol e do óleo diesel subiram acima da inflação nos últimos 12 meses, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A alta média do etanol foi de 9,85% e a do diesel, de 5,85% no período entre dezembro de 2018 e dezembro de 2019.

No mesmo período, a inflação calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a 'inflação oficial' do país, ficou em 4,31%.

Veja as variações do IPCA para o setor automotivo:

- **Etanol: 9,85%**
- **Óleo diesel: 5,85%**
- **Gasolina: 4,03%**
- **Motocicleta: 3,54**
- **Despachante: 3,53%**
- **Óleo lubrificante: 3,53%**

- **Conserto de automóvel: 1,83%**
- **Automóvel usado: - 0,25%**
- **Automóvel novo: - 0,29%**
-

Outro termômetro para o preço das bombas é o levantamento feito pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Divulgado no dia 30 de dezembro de 2019, revelou que a gasolina ficou em média 4,85% mais cara nas bombas em 2019.

De acordo com o levantamento, o preço médio do litro do combustível subiu de R\$ 4,34 no fim de 2018 para R\$ 4,55 no fim deste ano.

O etanol foi o combustível que sofreu o maior reajuste no ano, de 11,51%. O preço médio do litro vendido ao consumidor saltou de R\$ 2,83 para R\$ 3,15. Na semana, o preço subiu 0,19%.

Já o litro do óleo diesel teve alta de 8,69% no ano, passando de uma média de R\$ 3,451 para R\$ 3,751. O aumento na última semana foi de 0,24%.

Os preços constituem uma média calculada pela ANP a partir de dados coletados em postos em diversas cidades pelo país. Os preços, portanto, variam de acordo com a região.

Tribuna

Por que o presidente enfrentará um Congresso ainda mais poderoso em 2020

ANDRÉ SHALDERS
BBC NEWS BRASIL

O governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) terá de lidar com um Congresso ainda mais forte a partir do dia 4 de fevereiro, quando deputados e senadores voltam das férias. A nova regra do Orçamento Impositivo que começou a valer em 2020 significa mais poder dos congressistas sobre a aplicação do dinheiro público — e menos margem de negociação para o Executivo na liberação das emendas parlamentares. As mudanças foram aprovadas em meados do ano passado, mas só começam a va-

ler este ano.

No novo modelo, o Executivo é obrigado a pagar também as emendas de bancada de deputados e senadores — e o montante total chega a R\$ 15,4 bilhões. Além disso, o presidente também terá que enfrentar as consequências do "racha" de seu antigo partido, o PSL, e de não ter construído uma base de apoio no Congresso ao longo do seu primeiro ano de mandato.

2020 será ainda um ano mais curto na política — por causa das eleições municipais de outubro, deputados e senadores costumam diminuir o ritmo do trabalho no segundo semestre. Também ficam menos dispostos a votar pautas consideradas

"negativas", que possam prejudicar seu desempenho nas urnas.

As emendas parlamentares são pequenas modificações que os congressistas fazem ao Orçamento, determinando como deve ser gasto o dinheiro público. Normalmente são apresentadas em outubro, para o orçamento do ano seguinte. Os políticos costumam destinar este dinheiro a projetos nos locais onde vivem seus eleitores. Emendas podem ser usadas para obras de infraestrutura, como a pavimentação de uma rua, ou para custear o funcionamento de serviços de saúde, entre outras finalidades.

Em 2020, as novas regras do chamado Orçamento Impositivo obrigarão o



JAIR BOLSONARO terá de lidar com um Congresso ainda mais forte a partir do dia 4 de fevereiro, quando deputados e senadores voltam das férias

Executivo a pagar não só as emendas individuais dos deputados e senadores (o que já acontece desde 2014), mas também as emendas das bancadas dos Estados. Até 2019, essas

modificações ao Orçamento poderiam ou não ser pagas — e frequentemente não eram. Agora, o pagamento da maior parte desse valor passa a ser obrigatório. O Orçamento deste ano

traz R\$ 15,4 bilhões em emendas obrigatórias, entre individuais (R\$ 9,5 bilhões) e de bancadas (R\$ 5,9 bilhões).

Ou seja: se o bolo fosse dividido igualmente entre os 513 deputados e os 81 senadores, cada um deles teria algo como R\$ 25,9 milhões em emendas obrigatórias para o ano de 2020. Na prática, porém, a divisão não é tão exata. Cada bancada estadual usa um critério diferente para dividir o bolo das emendas de bancada, diz o consultor de orçamento da Câmara dos Deputados Hélio Tollini. Ele é autor de alguns estudos sobre o Orçamento Impositivo. Os R\$ 15,4 bilhões das emendas obrigatórias se tornam ainda mais importantes em um ano como 2020 — no qual a margem de gastos "livres" do Executivo está muito reduzida, diz Tollini. De R\$ 3,6 trilhões do Orçamento da União para 2020, apenas R\$ 135,9 bilhões (ou 3,6%) são de gastos liberados ("discricionários", no jargão orçamentário). E é justamente desta fatia que vão sair as emendas de deputados e senadores. O resto do dinheiro está comprometido com transferências para Estados e municípios.

Tribuna

Ministro Paulo Guedes inicia mudanças na equipe econômica

AGÊNCIA O GLOBO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, começou a promover alterações na sua equipe. As primeiras mudanças, esperadas desde o fim do ano passado, foram publicadas no Diário Oficial da União desta quinta-feira, em portarias assinadas pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Foi oficializada a transferência de Esteves Colnago, que era secretário especial adjunto de Fazenda do Ministério da Economia, para o gabinete do ministro. Servidor de carreira do Banco

Central, ele será chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais do Ministério da Economia.

Ministro do Planejamento do governo Michel Temer, Colnago deve ajudar na articulação com o Congresso na aprovação de um conjunto de reformas propostas por Guedes em novembro do ano passado.

O servidor Jeferson Bittencourt irá ocupar a vaga deixada por Colnago na Secretaria Especial de Fazenda.

A função que será exercida por Colnago, até agora, era ocupada pelo economista Caio Megale, ex-secretário de Fazenda da prefeitura de São Paulo.

Megale passará a chefiar uma das diretorias da Secretaria Especial de Fazenda, hoje chefiada por Waldery Rodrigues.

No fim do ano passado, Guedes promoveu um balanço e uma avaliação da equipe econômica. A análise que o ministro fez junto aos integrantes de seu time pode resultar em outras mudanças na composição do Ministério da Economia, que ainda estão sendo estudadas, segundo fontes que acompanham as discussões.

Guedes está de férias, até esta sexta-feira, e só depois mudanças mais profundas podem ser decididas.

Tribuna

BC evita previsões sobre impactos

CORREIO BRAZILIENSE

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, evitou fazer previsões sobre os impactos que o conflito entre Estados Unidos e Irã pode causar na inflação e, conseqüentemente, na política monetária e nas expectativas de crescimento econômico. Ele disse entender que existe uma ansiedade da sociedade em relação ao tema, mas limitou-se a ponderar que tudo dependerá dos impactos que terão. "O Banco Central não pode fazer previsões em relação ao que vai acontecer com conflitos", sustentou, nesta quinta-feira (9/1).

A escalada da tensão entre os dois países contaminou, no início da crise, o preço do barril de petróleo tipo Brent. Os investidores precificaram que a crise poderia causar impactos na oferta da commodity. No primeiro dia do conflito, na última sexta-feira (3/1), a cotação do barril encerrou o dia a US\$ 68,60. Na quarta (8/1), atingiu uma máxima de US\$ 71,75. Contudo, hoje, o barril está a um custo médio de US\$ 64,97, com queda de 1,2%.

O preço do barril de petróleo é uma das variáveis utilizadas pela Petrobras para a política de reajustes dos combustíveis. Outra variante é o dólar, que, em 2019, subiu 3,5%.

Estado pode receber recursos do Codevasf

Em 2018 e 2019, o órgão investiu cerca de R\$ 1,2 bilhão em cada ano em oito Estados

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

10/01/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

Possível candidato ao governo do Amapá em 2022, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), tem trabalhado para garantir novas fontes de verbas para os municípios de seu Estado. Em uma articulação no fim do ano passado, Alcolumbre conseguiu a aprovação de um projeto de sua autoria que inclui o Amapá entre as unidades federativas atendidas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Originalmente, a Codevasf foi criada para fomentar o progresso das regiões ribeirinhas dos rios São Francisco, Parnaíba e de seus afluentes, o que não inclui Amapá e outros Estados da região Norte. Atualmente, a estatal atua em oito Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Sergipe. O interesse pela Codevasf tem relação com seu orçamento. Em 2018 e 2019, o órgão investiu cerca de R\$ 1,2 bilhão em cada ano nessas localidades.

A proposta que beneficia o Amapá é de autoria do próprio Alcolumbre e foi aprovada alguns dias antes do fim do ano legislativo, em dezembro, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado. Como tramitava em caráter terminativo, a medida pode ser enviada diretamente à Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para análise em plenário.

O escolhido para a relatoria da proposta foi outro senador do Amapá, Lucas Barreto (PSD), que ainda acolheu em seu parecer uma emenda que inclui Amazonas e Pará entre as unidades da federação com bacias hidrográficas a serem atendidas pela Codevasf. Essa sugestão foi feita pelo líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), que também decidiu dar apoio ao projeto. A articulação irritou os senadores nordestinos na comissão.

“Como é que se cria uma instituição no Brasil para o Vale do São Francisco, o Velho Chico, e hoje está em Brasília, está no Norte do Brasil, está no Centro-Oeste? Isso é uma irresponsabilidade. Não é possível que continuemos desta forma: os organismos regionais transformando-se em organismos nacionais. O vale do São Francisco tem uma região muito bem definida, muito bem caracterizada. O Parnaíba, idem. Meu Deus do céu, só falta incluir a região Sul na Codevasf”, criticou o senador Elmano Férrer (Podemos-PI). “Isso é descaracterizar totalmente a instituição. Não há mais recursos”, complementou o parlamentar.

Na justificativa do projeto, Alcolumbre escreveu que a empresa pública pode “contribuir de forma significativa na geração de empregos, renda e movimentar economicamente a região” do Amapá. Argumentou ainda que os rios do Estado cumprem um papel significativo no desempenho econômico de atividades como a pesca e o transporte hidroviário dentro e fora do Amapá.

Questionada, a Codevasf disse que ainda não tem estudos para estimar o impacto orçamentário da aprovação do projeto para a empresa. Apesar disso, o diretor-presidente do órgão, Marcelo Moreira, afirmou que enxerga essas iniciativas como “um reconhecimento dos parlamentares à experiência de mais de 45 anos da empresa em ações de desenvolvimento regional integrado e sustentável”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Compre agora sapatênis de couro legítimo por apenas R\$ 147,00.

ZATTORE

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça.

RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar no Ali Express

MELIUZ

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Furtos: Aprenda a técnica da bolsa blindada!

SAFE BAG

LINK PATROCINADO

Os 30 Brasileiros mais ricos do mundo

SENHOR FINANÇAS

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Ucrânia muda versão sobre causa da queda de avião no Irã, diz agência

VALOR INVESTE

Mundo em alerta após ataque do Irã e à espera de declaração de Trump

VALOR INVESTE

Aumento de tensão entre EUA e Irã impõe mau humor aos mercados globais

VALOR INVESTE

Nove aeroportos brasileiros estão entre os mais pontuais do mundo

VALOR INVESTE

Espanha move dez militares de Bagdá para o Kuwait devido à tensão entre EUA e Irã

Ações da Embraer sobem após cisão do negócio de aviação comercial

Mais do Valor Econômico

Chesf conclui obras de subestação no RN com investimentos de R\$ 25,6 mi

Receita restitui valor declarado em duplicidade em repatriação

Decisão traz um caminho para outros contribuintes que cometeram erros de preenchimento

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

10/01/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas





Carlos Navarro: consenso na área era de que o tributo não seria restituído — Foto: Claudio Belli/Valor

Uma contribuinte conseguiu restituição de valor pago em duplicidade no programa de repatriação de ativos não declarados no exterior, realizado em 2016, em decisão administrativa da Receita Federal. Advogados ressaltam a importância da decisão, pois a legislação que instituiu o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) determina que montantes não seriam devolvidos.

A decisão traz um caminho para outros contribuintes que cometeram erros de preenchimento. Todos têm o prazo de até cinco anos para pedir restituição, a contar da data da declaração.

O RERCT foi instituído pela Lei nº 13.254 e possibilitou que recursos alocados fora do país fossem regularizados com o pagamento de 15% de Imposto de Renda e multa de 15%. A lei prevê que a opção pelo programa e o pagamento do imposto “importam confissão irrevogável e irretratável dos débitos”.

Para o advogado da contribuinte, Carlos Navarro, do Viseu Advogados, “havia uma espécie de consenso na área tributária de que o tributo pago no RERCT jamais seria restituído”. Segundo ele, no caso de sua cliente ficou comprovado que se tratou de um erro de preenchimento da Dercat.

Ela declarou um dos ativos (quotas em um fundo de investimento) em duplicidade, o que gerou dupla tributação sobre o mesmo fato gerador. Por esse motivo, pediu a restituição de R\$ 44,3 mil. “A decisão da Receita nos trouxe uma certa surpresa ao ver que ela considerou como uma restituição comum de um pagamento feito a maior, como qualquer outro”, diz.

Ao analisar o caso, o auditor fiscal da Receita Federal, Marcos Novaes da S. Gomes, da Delegacia Especial da Receita Federal de Pessoas Físicas (DERPF/SPO), considerou que de fato “os itens 6 e 7 foram declarados o mesmo ativo, com a mesma descrição e com os mesmos valores em 31 de dezembro de 2014”. De acordo com ele, foi possível concluir que houve erro de preenchimento da declaração ao ser incluído o ativo em duplicidade na Dercat.

Como a possibilidade de retificação de declaração no caso expirou em 31 de outubro de 2016 e também não seria mais possível a retificação de ofício, ele entendeu que poderia ser concedida a restituição.

Após a decisão, a Receita já restituiu parte dos valores e a segunda parte está na fila da restituição que deve sair ainda este mês, segundo Navarro. Para ele, a decisão pode indicar uma solução para vários outros erros, como na conversão da moeda, que fizeram o contribuinte pagar imposto a mais.

O advogado Leo Lopes de Oliveira Neto, do FAS Advogados, resalta que analisou alguns casos de erro, mas que seus clientes optaram por não fazer pedidos de restituição antes da homologação da repatriação, o que ainda não ocorreu. Para o advogado, o caso analisado é interessante e é louvável a postura da Receita em analisar o pedido de restituição e identificar o erro operacional, sem que o contribuinte tenha que aguardar a análise da Dercat.

A assessoria de imprensa da Receita informou que o órgão “não pode comentar casos ou decisões que envolvem contribuintes específicos”, conforme artigo 198 do Código Tributário Nacional (CTN).

Gasto unificado pode ser inócuo para municípios

Estudo indica aplicação heterogênea de recursos para educação e saúde conforme perfil da cidade

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

10/01/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Gastos dos municípios

Participação na despesa total em cidades, segundo população - em %

Gasto	Até 10 mil hab	De 10 a 20 mil hab	De 20 a 50 mil hab	De 50 a 100 mil hab	De 100 a 500 mil hab	De 500 mil a 1 milhão hab	Acima de 1 milhão hab
Saúde	24,5	24,5	24,3	25,8	25,8	29,6	23,2
Atenção básica	16,7	13,8	11,4	9,3	7,7	5,0	6,6
Assistência hospitalar/ambulatorial	4,5	6,6	8,5	11,6	12,0	15,8	11,4
Educação	27,5	32,8	33,5	31,5	26,4	21,6	20,5
Fundamental	20,7	24,5	24,6	21,4	15,7	12,2	10,5
Infantil	4,0	4,2	5,1	5,5	6,4	5,0	6,7
Demais (Médio, Superior, Profissional, EJA, Especial)	1,2	2,0	1,8	2,4	2,1	1,7	1,1

Fonte: Finbra/Siconfi/STN, com elaboração do economista Kleber Castro

Dados fiscais mostram que municípios menores gastam relativamente mais em educação que os maiores e que os gastos em saúde das pequenas cidades concentram-se em atenção básica. Segundo analistas, eventual unificação da destinação constitucional de gastos com saúde e educação, conforme proposto na PEC do Pacto Federativo, pode não trazer para todos a flexibilização buscada pela medida.

Nos municípios com até 10 mil habitantes as despesas com saúde representam 24,5% da despesa total, fatia semelhante aos 23,2% das cidades com mais de 1 milhão de habitantes. A grande diferença surge quando se desmembra os gastos com saúde. Nos municípios pequenos 16,7% da despesa total das prefeituras vai para atenção básica e 4,5% para assistência hospitalar e ambulatorial. Nos grandes municípios esses gastos são, respectivamente, de 6,6% e 11,4% da despesa total. Já na educação, o gasto dos municípios com até 10 mil habitantes é relativamente maior, de 27,5% da despesa total, contra 20,5% das cidades com mais de 1 milhão de moradores.

O levantamento é do economista Kleber Castro, consultor em finanças públicas e sócio da Finance Consultoria. Foram consideradas as despesas empenhadas em 2018, conforme informadas nos relatórios fiscais enviados pelas prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional.

Os dados, diz Castro, mostram a grande heterogeneidade na estrutura de despesas de saúde e educação entre os diversos municípios. Para Glademir Aroldi, presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), os números mostram que há diversidade de situações entre as cidades. “A unificação dos mínimos constitucionais para saúde e educação pode ser inócua para a maior parte dos municípios.”

Uma primeira diferença entre as despesas, explica a economista Sol Garson, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é que possivelmente na educação a demanda pelo ensino é suprida mais localmente, principalmente no nível fundamental, que está a cargo das prefeituras. Isso pressiona o gasto com educação, mesmo nas pequenas cidades. Já na saúde, os municípios menores oferecem os serviços mais básicos enquanto os ambulatoriais e hospitalares, com custos mais elevados, são suportados pelos Estados ou pelos municípios maiores, mais estruturados, que atendem a sua própria população e também a do entorno.

Os dados levantados por Castro mostram que das despesas totais com saúde, em média 68% são destinados à atenção básica nos municípios até dez mil habitantes. Nas cidades com mais de 1 milhão de moradores, a participação cai para 28,5%. Já os gastos com assistência ambulatorial e hospitalar representam 18,4% das despesas com saúde nos municípios menores e 49,1% nos maiores, considerando iguais faixas populacionais.

Municípios médios também têm estrutura de gastos com saúde semelhante à dos grandes. Na faixa de 100 mil a 500 mil habitantes, 30% dos gastos com saúde são dedicados à atenção básica e 46,5% vão para serviços hospitalares.

Raquel Lyra (PSDB), prefeita de Caruaru (PE), conta que o município tem 380 mil habitantes, mas os serviços da cidade atendem a um total de 1,2 milhão de pessoas, moradores de cidades vizinhas. “É uma população que eu preciso atender porque a grande maioria depende do atendimento do Sistema Único de Saúde [SUS]”, diz.

que a prefeitura gere os contratos de serviços do SUS prestados em seu território, inclusive pelas unidades de saúde particulares que são conveniadas ao sistema público. Para isso, recebe recursos diretamente do governo federal. Municípios maiores, diz Sol, tendem a ter gestão plena. Como os recursos transitam em seus orçamentos, eles são computados como gastos em saúde. Já as cidades menores, explica, tendem a não ter a gestão plena.

Na lógica do SUS, destaca Aroldi, os municípios menores ficam com os serviços de saúde de prevenção enquanto os municípios polos, maiores, ficam com os de maior complexidade.

Nas despesas de educação, o que pode contribuir para pressionar mais os gastos nos pequenos municípios, ressalta Castro, é o piso dos professores, estabelecido nacionalmente, e que tende a ser relativamente alto em cidades pequenas, nas quais a economia é menos dinâmica. Aroldi lembra também que em municípios pequenos também pesam os gastos com merenda e transporte escolar, importante para a frequência das crianças que vivem na zona rural.

Para Sol, o que pode pesar também é que os pequenos municípios geralmente não possuem regime próprio de previdência e com isso muitas vezes registram o pagamento de salários e demais encargos trabalhistas nas despesas de educação ou saúde, o que ajuda a elevar os gastos nas duas áreas.

Também na educação a estrutura de gastos totais é diferente conforme o porte das cidades, destaca Castro. Para ele, as cidades maiores têm uma escopo de políticas públicas mais amplo do que cidades pequenas, reduzindo o peso da educação nas despesas totais. Ele lembra ainda que a demanda por educação básica tende a ser decadente, diz ele, devido ao perfil demográfico do país.

Castro destaca que, desmembrando os gastos da educação por subfunções, verifica-se que cidades maiores gastam relativamente mais com educação infantil. "Algo típico do público de cidade grande, que precisa de suporte com crianças para que os pais entrem e se mantenham no mercado de trabalho." Segundo o levantamento, nos municípios com até dez mil habitantes 75% dos gastos com

32,7% são destinados ao infantil. Os serviços de ensino médio, profissionalizante e superior são oferecidos predominantemente por outras esferas, como governos estadual ou federal.

A medida estabelecida pela PEC do Pacto Federativo, de unificar as destinações constitucionais mínimas para as duas áreas deve ter, portanto, impactos diversos entre as prefeituras, diz Castro, mas é interessante porque pode trazer maior flexibilização para os gestores. Para ele, não há consenso sobre isso entre as prefeituras. No caso dos municípios, que atualmente precisam destinar pelo menos 25% da receita tributária para educação e 15% para saúde, a destinação seria unificada em um mínimo de 40% a serem aplicados livremente nas duas áreas.

Para Aroldi, a unificação não fará diferença para muitos municípios, que ainda precisam atender a uma grande demanda na área da educação, apesar da mudança demográfica, com o envelhecimento da população.

A prefeita Raquel Lyra diz que a unificação não permitirá maior flexibilização do orçamento, já que a prefeitura cumpre os mínimos e gasta bem acima do limite obrigatório na saúde. No ano passado, diz ela, a prefeitura de Caruaru destinou 23% da receita tributária para a saúde e 28% para a educação. “A unificação dos mínimos não traz dinheiro novo.” Ela ressalta também que há receio de que a mudança afete os repasses de recursos de convênios pelos Estados. Segundo ela, atualmente já acontecem atrasos por alguns entes.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Compre agora sapatênis de couro legítimo por apenas R\$ 147,00.

ZATTORE

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça.

RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar no Ali Express

MELIUZ

LINK PATROCINADO

Furtos: Aprenda a técnica da bolsa blindada!